

164



CEDI - P. I. B.
DATA 06/10/86
0ND07

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ÁREA INDÍGENA DO RIO MEQUENS

Mauro de Mello Leonel Jr.

AGOSTO

- 1984 -



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA ÁREA INDÍGENA DO RIO MEQUENS
(SAKIRAP E MACURAP) - AGOSTO/84.

Recomendações, sugestões e reivindicações das comunidades:

- 1º) Abertura de um posto da FUNAI com a nomeação de um chefe de posto, um enfermeiro e um professor, subordinados à Ajudância de Vilhena ou à sede do Parque do Aripuanã em Riozinho.
- 2º) Retirada total e imediata dos invasores, em particular das grandes empresas como João Bosco Altoé, (Gerson e Acreano); Lavrama do Norte, (Wilson); AGP, (Hélio Lima). Proibição e vigilância do desmatamento nas áreas indígenas.
- 3º) Demarcação da área, entre os rios Mequens e Verde, homologação por Decreto Presidencial e registro em Cartório de Imóveis e no Serviço de Patrimônio da União (SPU) em acordo com o memorial descritivo da Portaria 1690 (23/08/84).
- 4º) Ação Jurídica contra os invasores visando a indenização aos índios e à União pelo desmatamento e através da Receita Federal e do IBDF, pelo não pagamento de impostos e por corte desautorizado em larga escala.
- 5º) Ação pela anulação dos títulos obtidos por seringalistas invasores, como os de Milton Pereira Santos, Angelo Balduino, Antonio Crispim e outros.
- 6º) Presença trimestral da EVS - FUNAI e da SUCAM na área, para atendimento médico e borrifação. Atendimento dentário, incluindo obturações.



- 7º) Apoio ao extrativismo, em particular no transporte mensal de borracha e castanha para venda nos centros urbanos e compra de mantimentos. Aquisição de uma viatura traçada, adaptada aos picadões existentes na área e de alguns animais de carga para as aldeias onde não há acesso direto.
- 8º) Um rádio com bateria solar para comunicação com a FUNAI.
- 9º) Enfermaria e escola equipadas.
- 10º) Três moto-serras Still para a derrubada das roças.
- 11º) Impedir o acesso à área a missionários de seitas que desrespeitam a cultura indígena e a legislação que a protege.
- 12º) Organização de expedições para unificação dos índios de saldeados Macurap, para a delimitação da terra dos índios do Rio Colorado, Corumbiara e Igarapé Terebinto.
- 13º) Ação Coordenada da Polícia Federal, Polícia Militar, INCRA, Receita Federal, IBDF e FUNAI para impedir o desmatamento, colonos e grileiros em áreas onde há sinais evidentes de presença indígena ou pertencentes à União. Estudo do processo de desmatamento em Vilhena, Pimenta Bueno, Rolim de Moura e Guajará-Mirim.

FUNAI INFORMADA DESDE 1982.

A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) conhece oficialmente a existência deste grupo pelo menos desde 3 de novembro de 1982, através do relatório de viagem dos funcionários engenheiro-agrimensor Áureo Araújo Faleiros e do sertanista Cícero Cavalcanti.

Na altura as invasões eram poucas e a região de difícil acesso. Apesar da recomendação destes funcionários, nenhuma providência foi tomada até 23 de agosto de 1984, quando o presidente do órgão, Jurandy Fonseca, assinou a Portaria nº 1690 (23/08/84) delimitando a área. Convém sublinhar que a visita à área foi acidental, na medida que procuravam os Aikanã-Latundê.

Embora, uma Portaria ofereça pouca segurança jurídica aos índios, é o primeiro reconhecimento formal de sua presença na área, conhecida há mais de dois séculos por missionários, viajantes, historiadores, etnólogos, antropólogos, linguistas e pelo extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI).

As relações da FUNAI com estes índios resumiram-se à assistência, pela Administração do Parque Indígena do Aripuanã (PQARI), num dos surtos de sarampo, que fez pelo menos 15 vítimas, em novembro de 1983. Em 7 de agosto de 1984, o sociólogo José João de Oliveira apresentou relatório de uma viagem realizada meses antes, em companhia do topógrafo Raimundo Jatay da Silva, infelizmente inconclusa, uma vez que ambos apanharam malária.

O caso da área do Rio Mequens mostra exemplarmente como a omissão da FUNAI na proteção da saúde e da terra indígena, num período de forte fluxo migratório, como o provocado pelo Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil, o Polonoroeste, traz consequências extremamente graves e irreversíveis.



Quanto à saúde, segundo os líderes da comunidade, há menos de dois anos atrás existiam 120 índios na área, hoje reduzidos a 71.

Quanto à terra, há três anos atrás os invasores limitavam-se ao seringalista de turno, que, aliás, casou-se com uma índia, e mantinha relações de trabalho quase humanas, quando comparados ao regime de escravidão a que estes índios vêm sendo submetidos desde o início do século. Hoje mais da meta de da área delimitada por portaria encontra-se totalmente invadida.

Desde 1930, quando os primeiros seringalistas e seringueiros chegaram à bacia do Rio Mequens, imemorialmente ocupada pelos índios, estas comunidades, hoje reduzidas a sobreviventes, lutam de forma desigual pela manutenção de suas terras. O extinto SPI, em 1930, de lá levou à força grupos Campê, Canoê, Macurap, entre outros, transferindo-os para suas colônias, então verdadeiros campos de concentração, nos atuais postos do Rio Branco, Guaporé e nos extintos Rodolfo Miranda e Pimenta Bueno.

Mas a ocupação do território pelos primeiros invasores restringia-se à extração do latex e algumas colocações e barracões. Mantinham-se os índios livres para a caça e pesca em seu território, embora escravos de relações de trabalho coloniais.

Invasores Recentes

A ocupação promovida pelo Polonoroeste constitui uma ameaça mais grave. Em 1982, o Sr. João Bosco Altoê, de Pimenta Bueno, estabelecido nas imediações, atravessou os atuais limites da área e pôs-se a derrubar madeira. Dispõe hoje de cerca de 70 empregados, pista de pouso, mais de 1500 cabeças de gado, serraria, mini-hidroelétrica e reivindica milhares de hectares de terra indígena.



Seguiu-se a empresa Lavrama do Norte, com sede em Canoinhas (S.C.).

Esta empresa vem desmatando, conjuntamente com cinco correntes, de Vilhena a Pimenta Bueno até o Rio Guaporé, centenas de milhares de hectares. O quadro é desolador. Não há madeira de qualidade, em particular mogno e cerejeira, encontrável no trajeto de Pimenta Bueno à área do Rio Mequens. Há outras frentes de pilhagem de madeira por Vilhena e Rolim de Moura.

Trata-se de um caso flagrante de enriquecimento ilícito, que cabe às autoridades policiais e judiciárias apurar. São terras devolutas da União. Nenhuma destas madeireiras dispõe de licença para desmatar do Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal (IBDF). Não pagam impostos à Receita Federal. Apenas da área indígena do Rio Mequens retiram de 20 a 45 caminhões diários, conforme constatou-se em agosto de 1984, a um lucro líquido de US\$ 2 mil dólares por caminhão, numa operação sem investimentos.

A Lavrama do Norte, após oito meses de desmatamento, instalou, em julho de 1984, no centro da área, uma serraria moderna.

Em seu pátio há centenas de toneladas de madeira estocadas. Há seis meses, agora mesmo, entre as malocas dos índios, corta madeira. Recentemente cercou a área e seus 14 pistoleiros revezam-se na vigilância da portaria, pretendendo justificar com benfeitorias a ocupação, para obter a legalização da invasão através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Através de contratos por empreitada com os "gatos", intermediários de locação de mão-de-obra barata, iniciaram plantações em vários pontos dispersos, pretendendo dar assim a impressão de área ocupada. A Lavrama do Norte aliou-se por volta de julho de 1984, ao grupo AGP de Uberaba (MG) e, em conjunto, abriram uma estrada em meio aos aldeamentos indígenas. O Sr. Hélio Lima, da AGP, e Wilson, da Lavrama do Norte,



dizem com arrogância serem ligados a grupos econômicos e políticos de expressão nacional. O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) da Igreja Católica Romana, acusa estes madeireiros de fazerem parte de uma grande operação de grilagem e de desmatamento para exportação.

Como a FUNAI não tomou providências na defesa das terras indígenas, o INCRA passou a distribuí-las. Apesar de há muitos anos ser conhecida a presença indígena, o INCRA em 1977 fez uma licitação pública de parte destas terras e integrou-as no Projeto Corumbiara.

O Sr. João Bosco Altoê, por exemplo, reivindica toda a parte nordeste da área. A Lavrama do Norte o centro. O sul está sendo ocupado pela AGP. O Sr. Altoê demarcou, com o apoio do INCRA, o que considera suas terras, guardando alguns hectares para uma família de índios e para alguns de seus empreiteiros, como os Srs. Gerson e Acreano.

Estes "empreiteiros" aproveitam-se de desesperados imigrantes dos quatro cantos do País, e os sub-contratam abaixo do salário mínimo regional, obrigando-os a enfrentarem-se com os índios. Recentemente, quatorze deles deixaram a área após um tiroteio com os índios. Hoje a Lavrama dispõe de mais de 200 subcontratados e a AGP (Hélio Lima) cerca de 50. São empresas montadas praticamente sem investimento. Os caminhões e "toreiros" são sub-contratados, assim como os pistoleiros e os roceiros.

Pretensos Títulos

Além destes ocupantes de fresca data, há seringalistas, como o Sr. Milton Pereira Santos, que pretendem ter títulos na área. É o mesmo que mantém um seringal no Posto Indígena do Rio Branco. Antigamente, segundo processo movido pela FUNAI, que perdeu em primeira instância, reivindicava 600.000 hectares. Agora limitou-se a 15 mil. Comprou seus títulos de



um ex-funcionário do SPI, Rivoredo, o mesmo que retirava os índios de seu habitat natural (ver Caspar) para "protegê-los!" Não se compreende como tais títulos ainda possam ser considerados, uma vez que, toda a historiografia confirma a presença indígena anterior e comprova os métodos do SPI.

A verdade é que, juridicamente, os novos invasores não contam com nenhuma legitimidade. Ainda não receberam títulos. E título como os de Milton Santos, e outros exploradores da mão-de-obra indígena, poderão ser anulados sem dificuldades. Urgente é, após a delimitação, a retirada dos invasores numa operação conjunta da FUNAI, IBDF, Receita Federal, Polícia Federal e Polícia Militar. No entanto uma portaria, por seu caráter revogável, não constitui garantia suficiente do direito constitucional dos índios à posse imemorial. É necessário a demarcação da área, sua homologação por Decreto Presidencial e o respectivo registro em Cartório de Imóveis e no Serviço do Patrimônio da União (SPU). Nenhum dos invasores, novos ou antigos, são indenizáveis, tendo atuado de má-fé, como é fácil provar.

Sakirap, Sonin, Guaratira Macurap

É urgente um estudo etno-histórico e antropológico das comunidades do Rio Mequens, impossível de ser feito em uma rápida visita de avaliação. É seguro que não são Tucanos, como pretendeu inicialmente a FUNAI. Também não parecem ser todos Macurap, ou Sekiamin como se redefiniu mais tarde. Os líderes, em particular o velho chefe e pajé Carmelo Sakirap, dividem a comunidade em dois grupos: os Sakirap, que seriam hoje 51 e os Macurap, 20. Dentre os Sakirap, consideram cerca de seis Guaratira e oito Sonin, falando todos o mesmo idioma, que consideram diferente do dos Macurap. Para uma perfeita avaliação da origem destes grupos um estudo linguístico é indispensável. O linguista Harvey Carlson, da California Uni



versity (Berkeley), fez uma visita à área, encurtada por doença e seu pronunciamento será importante.

Enviamos também uma fita gravada ao professor Aryon Rodrigues, da UNICAMP.

População em 1984 na Área do Rio Mequens

<u>IDADE</u>	<u>HOMENS</u>	<u>MULHERES</u>	<u>TOTAL</u>
+ 55 anos	3	2	5
51 - 55	2	2	4
46 - 50	0	1	1
41 - 45	3	0	3
36 - 40	1	0	1
31 - 35	4	1	5
26 - 30	4	4	8
21 - 25	6	2	8
16 - 20	3	3	6
11 - 15	5	2	7
6 - 10	7	6	13
0 - 5	<u>3</u>	<u>7</u>	<u>10</u>
	41	30	71

OBSERVAÇÃO: Dos 71 índios vivendo entre os Rios Mequens e Verde, 51 são Sakirap. Há entre eles seis Guaratira e seis Sonin. Os outros 20 são Macurap. Há vários casamentos inter-tribais e quatro com não índios. Os não-índios não foram incluídos neste levantamento. As crianças filhas de pai ou mãe indígena foram incluídas. Não é impossível que seja um só agrupamento de cultura Macurap. Guaratira foi o nome de um grande chefe, e o atual, Carmelo, chama-se Saki-rabian. Apenas um estudo etnológico e linguístico permitirá



uma perfeita identificação destes grupos.

É impossível realizar um estudo populacional utilizável.

A FUNAI, em sua primeira e segunda visita constatou, num intervalo de um ano, a redução de 80 para 55 índios (82/83). O CIMI, em sua recente visita registrou 51 pessoas. Mas as três visitas, como a nossa, não percorreram todas as 10 aldeias, o que seria indispensável. Em nosso levantamento eliminamos os quatro não-índios de casamentos mistos, mas consideramos os descendentes quando o pai ou a mãe são índios.

Alguns dos levantamentos anteriores incluíram não índios e assim mesmo não chegaram aos 71 índios.

Há casamentos inter-tribais, em particular Sakirap-Guaratira-Sonin.

Apenas os Sakirap, teriam sido mais de 600, segundo os mais idosos. Os Macurap já foram mais de 3 mil, segundo referências históricas. Os Sakirap teriam sido dizimados por uma epidemia nos anos 1920 a 30. A denominação Guaratira viria de um antigo chefe já falecido e seu grupo habitava a região imemorialmente. Os Sonin, seriam um sub-grupo Sakirap. Alguns deles moravam antes de 1920 nas cabeceiras do Rio Tanarú, provavelmente na margem esquerda, tendo chegado ao Rio Mequens em 1930. Antes poderiam ter sido vizinhos dos Aikaná, moradores da outra margem do Tanarú. Hoje seriam 15 famílias nucleares em 10 aldeias.

Posse Imemorial

A FUNAI não terá a menor dificuldade em provar a posse imemorial destes indígenas.

Curt Nimuendajú, identificou nesta região como existentes em 1943, os seguintes grupos de tronco tupi: Tupari, Puruborá, Aruá, Wayoro, Macurap, Guaratégaja, Amniapé, Sanamai ka, Guarajo e Siriono. Além dos Arikapu e Jabuti (Maskoy),



os Palmella (Karib) e os Massaca, Kapisana e Huari, classificados como Masakari, além dos Capakura, a leste. Cita como extintos, na mesma região, os Lambi, Papamiê, Patiti, Moquem, Aboba, Puxaca, Maba e Urucuai/Palentem. E os Nambiquara vivendo mais a oeste.

Referências anteriores a este século não faltam. Francis de Castelnau (1851), Joseph Barbosa de Sá (1742). Carl Friedrich Philip Von Martius (1867), um atlas antigo, João Severiano da Fonseca (1875), para citar alguns, Neste século, Claude Lévi-Straus (ver bibliografia) lembra as seguintes referências: Aruã, Macurap, Wayoro, Amniapã, Guaratagaja, Tupari, Jaboti, Arikapu, (Snethlage 1937); Huari, (Nordenskiöld 1924) Palmella (Fonseca 1895), Cabshinana, Puruborã e Kepikiriwat (Levi-Strauss?). Há ainda as viagens de Franz Caspar (1948 e 1955) e as de Becker-Donner (1954 e 1955) e Bontkes (1968), citados por David Price (1981), que refere-se ainda, aos Campê, Koaiã, Chiquitano, Kanoês, Wañam e Cabishi, na mesma região.

Há referências precisas a grupos no rio Mequens: Snethlage (1937): Ammapeê, Guarategajã (Koaratina); Becker-Donner (1955): Campêes; Franz Caspar (1975): Guaratira, e Loukotka (1963): Kabichiãna.

Intimidação e Conflitos

Já houve confrontos e inclusive um tiroteio, quando os índios expulsaram 14 peões da Lavrama. A política dos invasores alterna-se em agradar e amedrontar os índios. Na inauguração da serraria, em 12 de julho de 1984, houve festa, com distribuição de bebidas alcoólicas, o que é também proibido por lei (seis meses de detenção).

A maioria das aldeias foi atingida. Um índio Macurap levantou-se, foi trabalhar sua roça e deu com o INCRA demarcando suas terras. Toda a área está recortada por picadas impro-



visadas para a retirada de madeira de lei. João Bosco Altoé, a Lavrama e a AGP-Hélio Lima, tentam abrir roças em volta da aldeia Sakirap de Paitan. Um dos picadões da Lavrama / AGP já chegou à região pantanosa ao sul da reserva.

Os grandes invasores tentam assalariar os índios. Cinco deles fornecem borracha a João Bosco Altoé e quase todos eventualmente à Lavrama. A exploração do trabalho indígena é a mesma dos antigos seringais. Enquanto poderiam vender um quilo de borracha a Cr\$ 2.900,00 em Pimenta Bueno e Cacoal, são obrigados a entregar a esses intermediários por Cr\$. 1.300,00. Estes os remuneram em produtos, com seu valor acrescido, ou seja, perdem duas vezes, uma no baixo preço da borracha e outra no alto preço das mercadorias industrializadas trazidas antes pelos seringalistas e agora pelas empresas.

Outra fonte de conflitos, é o trânsito pela área invadida. Os invasores ocuparam as terras indígenas pelo norte, após a pavimentação da BR-364, que fica a 180 Kms da área do rio Mequens. E cercaram praticamente todas as saídas dos índios, em sua própria terra, ameaçando-os, caso não obedeam aos grileiros, de perderem o direito de passagem. Há confronto das madeireiras entre si, delas com os índios e seringueiros. Funcionários do INCRA teriam encontrado dois cadáveres numa demarcação. A própria Lavrama foi atacada à noite por pistoleiros encapuçados, a soldo de uma outra madeireira, que feriram um de seus empreiteiros.

Para complicar ainda mais o quadro, o INCRA vem distribuindo terras indígenas, em particular nos últimos meses. Durante nossa viagem à área, encontramos, em agosto de 1984, quatro colonos que teriam terminado de receber lotes do INCRA em plena terra indígena, todos armados. Um responsável deste órgão neste mesmo mês percorria a área dirigindo uma operação de demarcação. O Sr. João Bosco Altoé preparava-se para cercar as terras que considerava suas e tentava legalizar junto ao INCRA. Diz estar na área há seis anos, quando de fato ali está há um ano e meio, quando chegou com os capangas Ger



son e Acreano à margem esquerda do Igarapé Providência.

Por outro lado, o INCRA, com seu projeto Corumbiara, pretendia distribuir a colonos as terras ao sul não invadidas, e parte das terras ao norte. Quatro dos beneficiários com 2 mil hectares eram antigos invasores da área Tubarão-Latundê, que seriam "indenizados" com novos lotes.

O conjunto da operação é clara. Altoé, por seu lado, buscava transformar seus empregados em colonos, demarcando-lhes lotes com a conivência do INCRA, visando breçar o avanço das outras grandes madeireiras suas concorrentes. Entre eles estão os pistoleiros Gerson e Acreano que intimidam os índios e os fazem trabalhar sub-remunerados.

Quanto à Lavrama e a AGP, trata-se de uma operação organizada de grilagem, que, segundo os índios, inicialmente deve-se à omissão da FUNAI e mais tarde com a sua conivência, uma vez que o órgão de tutela, apesar de informado, não tomou providências para demarcar a área e expulsar os invasores, como é seu dever legal. A responsabilidade pela omissão da FUNAI encontra-se a todos os níveis hierárquicos.

Quanto ao INCRA, tanto ao nível da coordenadoria de Rondônia, como ao nível local na coordenadoria de projetos de Pimenta Bueno, alega ter atuado devido à omissão da FUNAI. A soma dos territórios invadido pode ser estimada em quase 80 mil hectares, ou seja, quase metade da área. Como são invasões recentes, praticamente sem benfeitorias, a legislação faculta à FUNAI a rápida expulsão dos invasores e pode processá-los para que os índios e a União sejam indenizados. Há que agir rápido, a Lavrama pretende desmatar 800 alqueires e a AGP (Hélio Lima) outro tanto.

Há um importante "lobby" político combatendo a demarcação da área. O Senador Galvão Modesto (PDS-RO), e outros parlamentares, vêm pressionando o Governo tentando impedir a demarcação da área.

As empresas grileiras estão tentando também a aquisição de "direitos" que seringalistas e seringueiros teriam sobre a



área do Rio Mequens. Ocorre que todos chegaram ao local depois dos índios. Os seringalistas Angelo Balbino e Antonio Crispim já teriam vendido suas "posses" numa operação ilegal, uma vez que um invasor não pode vender a outro.

Há ainda o caso de um jovem, filho de um antigo seringalista, que sequestrou uma jovem, índia de 11 a 12 anos e a obriga a viver com ele. Seu pai, Macurap, protestou e recebeu pauladas do indivíduo. Esta índia foi tratada pelo médico da FUNAI, que chamou a atenção da família para os maus-tratos sexuais que recebia do sequestrador. A família disse nada pôde fazer, apesar de a menina não querer conviver com o indivíduo. A FUNAI não tomou providências. Atualmente o jovem responsável pelo sequestro e violência, trabalha para João Bosco Altoé e a índia que raptou chama-se Narciza Macurap Saki-rap.

Acesso

Há duas maneiras de chegar às comunidades. Uma por avião, uma vez que um dos invasores, João Bosco Altoé, residente em Pimenta Bueno, fez uma pista de pouso. Depois, para atingir as aldeias leva-se uma, duas ou três horas a pé. Algumas aldeias são acessíveis por carro até as proximidades, devido aos "picadões" abertos para a pilhagem de madeira.

A outra via, não utilizável com as chuvas, é pela estrada que liga Pimenta Bueno a Rolim de Moura, tomando um desvio conhecido como linha 25, uma estrada vicinal que passa pela Fazenda Baitará. Chegando à área há que utilizar os picadões abertos ou pela Lavrama ou por Altoé. De Pimenta Bueno são cerca de 163 Kms e de Riozinho 191 Kms.



Informam também sobre a presença de um grupo Aruá, que recentemente teria chegado à Fazenda Santo Antonio, do Sr. Batista, no Rio ou Igarapé Terebinto. Dizem que o Sr. Batista vai com frequência a Rolim de Moura. Estão nus, e foram dizimados pelo sarampo nos últimos anos. Trabalham como peões do Sr. Batista, embora mal falem português. De 300, estavam reduzidos a 60. Referem-se ainda a um grupo arredio ao sul do PIRB, Aruá também com cerca de 300 índios. Têm informações sobre um grupo, que chamam Arara, dizem que têm os cabelos vermelhos e os chamam depreciativamente de "guaribas" como o macaco. Contam que conheciam índios também no Rio Corumbiara, tendo alguns mudado para o P.I. Rio Branco e outros talvez ainda estejam lá, numa área de colonização. Entre o Rio Branco e o Colorado já mantiveram contato também com os Urubú. Têm parentes ainda perto de Costa Marques e do Rio Guaporé, com os nomes Mabipoque, Iribato e Romã. É urgente uma expedição que percorra os afluentes do Guaporé, do Rio Colorado ao Cautário, passando pelo São Miguel. Deverá encontrar dezenas de agrupamentos indígenas que deveriam estar sob a proteção do Estado, conforme prevê a legislação em vigor.

Uruakuritzé

Uruakuritzé, é o nome que os índios dão à região entre o Mequens e o Verde, quer dizer "o lugar bonito onde estou". O Rio Mequens é o Ikiatzum Aparno e os Ikitzim (Igarapés) têm nome e legítimos habitantes imemoriais: Angáçeté (Cacete) . Kuaian (Providência e Verde); Tzork (Espanhol) Turuamum (São Rafael) e Nacarapê-Atobê (Santo Antonio).



Economia Tradicional e Seringa

A organização da produção é tradicional, com roças familiares feitas em cooperação por grupos de parentesco. Cada uma das 10 aldeias tem sua roça. Planta-se milho, macaxeira, arroz, feijão, cará, mandioca brava, mandioca mansa, batata, mundubim (amendoim), banana, melância, maxixe, abacaxi e abóbora. Conservam sua cozinha tradicional com alguma influência dos seringueiros. Bebem a "chicha", de mandioca fermentada, como a maioria dos grupos da região.

São caçadores, pescadores e coletores, reclamam da diminuição da caça, a medida em que avança o desmatamento dos grileiros, mas ainda encontram: porcão, queixada, paca, cotia, macaco, anta, veado, tatú, e pássaros, como jacú, nambu, cujubim e mutum. Pescam traíra, mandiu, piranha, piau, gijú e lambari. Há onças na região e jacarés mais ao sul, onde a região é pantanosa e alagada a maior parte do ano.

Utilizavam a seringa há algumas décadas para obter produtos industrializados: roupas, sabão, velas, lanternas, óleo, sal, açúcar etc... Todos os seringalistas os tornaram devedores, através da forma colonial de exploração conhecida como o "barracão". Os seringalistas ganhavam duas vezes: pagando menos pela borracha e cobrando mais pelos produtos. O último seringalista, Angelo Balbino, considerava todos os índios seus devedores. Juntamente com um ex-seringueiro, Antonio Crispim, casado com uma Sakirap, revoltaram-se, começaram a fazer compras em Rolim de Moura e lá vendiam a borracha diretamente. As grandes empresas invasoras (Lavrama e Altoé) passaram a controlar a extração da seringa e "indenizaram" os seringalistas.

Atualmente têm enormes dificuldades. A FUNAI não lhes oferece apoio nem mesmo em transporte para que obtenham um melhor preço nos centros urbanos e lá façam suas compras. Os invasores, por outro lado, ameaçam as próprias estradas de seringa. Altoé chegou a destruir as colocações dos índios, visando impedi-los de provar que viviam às margens do Rio Osó-



rio, região de que se apossou. A Lavrama comporta-se da mesma forma. Há picadões para pilhagem de madeira que atravessam as estradas de seringa e, às vezes, passam em frente das malocas dos índios. Amendrontados, espoliados e explorados em sua própria terra, é a situação em que hoje vivem.

Saúde

Uma grande gripe dizimou-os pelos anos 30 - 40. Os mais velhos lembram de cenas trágicas e de famílias inteiras mortas. Muitos fugiram para a floresta e o SPI tentou levá-los para outras reservas. Fugiram também do SPI.

Sem proteção oficial desde a última passagem do SPI na altura de 1940, levaram os casos mais graves para serem atendidos, nas chuvas e por barco, em Rolim de Moura. Com a chegada dos invasores e as estradas que abriram, puderam chegar a Pimenta Bueno. Em 1982, os funcionários que lá estiveram constataram 16 mortes no ano anterior. Em 1983 o funcionário responsável pelo levantamento levou 6 doentes para serem atendidos em Riozinho e Cacoal. Quatro morreram hospitalizados. Na epidemia de novembro de 1983 morreram pelo menos quinze. Os invasores, além de ocuparem-lhes a terra, trouxeram várias doenças às quais não resistiram. Pelo menos metade teria morrido desde a chegada dos primeiros invasores, nos últimos três anos.

A malária, sarampo, verminose, doenças de pele, leishmaniose, entre outras, continuam presentes. A FUNAI não chegou a destacar nem mesmo um atendente de enfermagem. Uma vez esteve a Equipe Volante de Saúde (EVS) e um dentista. Mas apenas parte deles receberam vacinas, devido à distância entre as aldeias. A EVS esteve na pista da Fazenda Altoé e não percorreu as aldeias, e os índios não foram advertidos previamente.



Passou o dentista, realizando apenas extrações. Atualmente há dois em tratamento de tuberculose na Casa do Índio de Riozinho. A SUCAM também não tem feito as visitas regulares de borrifação preventiva à malária.

Cultura e Educação

Mantém vivas suas tradições, apesar de alguma influência dos seringueiros e de casamentos mistos. O velho Cacique Carmelo Sakirap delegou responsabilidades a seu filho, e é pajé. Dançam e cantam suas músicas tradicionais. A maioria faz-se entender em português, mas apenas um deles escreve um pouco. Há uma escola da Prefeitura de Pimenta Bueno a 5 Kms de uma aldeia, mas inacessível para a maioria das crianças. Recentemente, através da FUNAI, uma missão protestante composta por um índio e um funcionário convertidos, da reserva Tubarão-La tundê, tenta convertê-los. Passaram alguns dias e prometem voltar. Há décadas resistem contra a influência cultural dos "civilizados" (trazida pelos seringueiros) que os quer envergonhados de suas tradições. Não parecem tentados à conversão, mas não pode a FUNAI descumprir a legislação que a obriga a defender o direito indígena à sua cultura. Ao contrário, a FUNAI parece estimular a presença de missionários de várias seitas.

Ocupação das Terras

Segundo os índios, a delimitação feita pela FUNAI corresponde suficientemente à área em que vivem, cercada pelos Rios Verde e Mequens, onde têm sido visitados nos últimos séculos. Estão hoje dispersos em 10 aldeias, que reúnem núcleos de parentesco: Paetan (Igarapé São Rafael), Limeira (São Rafael), Cafezal (São Rafael), Ponte Almeida (São Rafael), Igarapé Dois Irmãos (São Rafael), Alto Alegre (Rio Osório-Igarapé Providên



dência), São Francisco (Igarapê Santo Antonio), Quinze de Agosto (São Rafael), Aparecida (Rio Osório - Igarapê Providência) e Murilio (Rio Osório - Igarapê Providência). Contam com cerca de 200 estradas de seringa e mais de 52 colocações recentes e em uso, uma vez que extraem o latex quase todo ano, salvo alguns meses na chuva. Eis algumas das colocações mais recentes: descendo o Igarapê Providência e o Rio Verde - Deradeiras, Camucinho, Cornélio, Alto Alegre, Cuiabano, Pedro, Amambuia, Aparecida, Murilio, Orlando, Central, Santarita, Escondido, Sociedade, Castanha, Pedras, Castanhal, Esperança, Consolo, Iracema, Ipiranga etc. Descendo o Igarapê São Rafael - Baixinho, Ponte Almeida, Espanhol, Cafezal, Limeira, Limeirinha, Paraíso, Dois Irmãos, Do Meio, Santo Reis, Preto, Barreiro, Paetau, Regino, Santa Rosa, Santa Tereza, Sete Peilo, Piriquito etc... Igarapê Cacete-Espanhol, Três de Maio, São Sebastião, Barracão Velho, Escondido, Três Beirão, Encrenca, Bom Destino, Visgueiro, Cachoeirinha, etc... Há ainda cinco outras colocações no Igarapê Cacete e duas no Igarapê São João, afluente do Igarapê Providência, chamadas Beniti. A parte sul da reserva não é habitada, devido passar parte do ano alagada. É utilizada para caça e pesca. É assim inequívoca a presença destas comunidades na área, que ocupam há séculos. É inegável também seu direito ao território entre Igarapê-Providência e o Rio Verde e o Rio Mequens.

Grupos não Contactados

Os Macurap do Rio Mequens, referem-se a parentes próximos, vivendo no Rio Colorado. Um fazendeiro expulsou recentemente alguns deles, que teriam fugido para Rolim de Moura. A região pode ser alcançada nas chuvas, de barco, a partir de Rolim de Moura. Entre os Macurap que ainda resistem no Rio Colorado, referem-se a Durafogo, Antonio e Casimiro. Sabem também de índios no seringal do Quintães.



BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTOS COM REFERÊNCIAS AOS ÍNDIOS DO RIO MEQUENS.
HARVEY CARLSON

Native Languages of Southeastern Rondônia: a Survey, University of California, Berkeley, 1983.

FRANZ CASPAR

Die Tupari Berlin - 1975 - Tupari - London - 1956 - A aculturação da tribo Tupari, Revista de Antropologia Vol. 5, nº 2, Dez 1957, págs. 145/172 - São Paulo.

FRANCIS DE CASTELNAU

Expédition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud. Histoire du Voyage Paris 1851.

CIMI - CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO - RO

Relatório de Ernande Segismundo e Egon Dionísio Heck - 1984. Depoimento de Eli Galvão.

ROGER COURTEVILLE

Le Mato Grosso, 1938 Paris.

ETTA BECKER - DONNER

Notizen uber linige Stawme an dem Zuflüssen des Guaporé - Vol x Wien 1955.

P.H.FAWCETT

Bolivian exploration - 1913, 1914 - Geogr.Journ, Vol. 45 pp. 219, 228.

JOÃO SEVERIANO DA FONSECA

Viagem ao redor do Brasil - 1875, 1878, Rio de Janeiro.



OSÉ GONÇALVES DA FONSECA

Primeira exploração dos Rios Madeira e Guaporé em 1749. Memórias para a história do extinto estado do Maranhão, Vol. 2 Rio de Janeiro, 1874.

FUNAI - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Relatórios: de Aureo Araujo Faleiros e Cícero Cavalcanti - 1982 - de José João de Oliveira - 1984.

VITOR HUGO

Os Desbravadores. Missão Salesiana de Humaitá, 1959

CESTWIR LOUKOTKA

- 1) Línguas indígenas do Brasil, Rev. Arq. Município São Paulo Vol. 54, 1939.
- 2) Classification of South American Indian Languages - UCLA-1968.

DENISE MALDI MEIRELLES

Populações Indígenas e a Ocupação Histórica de Rondônia - (PROEDI - UFMT - 1984 - CUIABÁ).

CURT NIMUENDAJÚ

Mapa Etno - Histórico do Brasil, Fundação Pró-Memória. Brasília - 1981.

DAVID PRICE

The Indians of Southern Rondônia, in In the Path of Polono-roeste: Endangered Peoples of Western Brazil. 1981. Cultural Survival. Cambridge, MA.



ARYON D. RODRIGUES

"Línguas Ameríndias" in Grande Enciclopédia Delta - Larousse Rio de Janeiro - 1970.

JOSEPH BARBOSA DE SÁ

1742 - "Relação das povoações do Cuyabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos" (Edições UFMT, Cuiabá - 1975).

SIL - SUMMER INSTITUTE OF LINGUSTICS

Willem Bontkes - 1968

- 1) Relatório de viagem
- 2) Wordlists: Kanoé, Arikapú, Campê, Kasupá, Makurap, Puruborá e Wayorô.

CLAUDE LEVI STRAUSS

Tribes of the right bank of the Guaporé River, in Hand Book of South American Indians, Vol. 3, págs. 371 a 379 (1948 - Washington).

EMIL HEINRICH SNETHLAGE

- 1) Atiko-y: Meine Erlebniss bei den Indianer des Guaporé.
Berlin Klinthardt y Bierman Berlag.
- 2) Musikinstrumente der Indianer Guaporé Gebietes Baessler archiv - Vol. 10.
- 3) Notes on the Tupí Indians of the Upper Guaporé (Museu de Berlin).
- 4) Tribes of the Machado - Guaporé Rivers (Museu de Berlin).



ANEXO AO Iº RELATÓRIO

NOVAS INFORMAÇÕES SOBRE A ÁREA INDÍGENA DO RIO MEQUÊNS (SAKI
RAP E MACURAP)

Em agosto de 1984, depois de mais de dois anos de inexplicável atraso, a FUNAI decidiu delimitar por Portaria a Área Indígena do Rio Mequêns. Finalmente, enviou uma equipe que impedir o prolongamento de uma estrada invasora que já atravessou metade da área, e destruiu uma ponte.

Apesar destas medidas louváveis, as madeireiras e os invasores continuam instalados e preparam-se para defender o território que já ocuparam no último ano de omissão da FUNAI.

Nenhuma medida de peso foi tomada. Ofícios da 8a. Delegacia Regional ao INCRA, ao IBDF, a Polícia Federal e Militar, ao governo estadual, ficaram sem resposta. Em resumo, em outubro de 1984, a situação era a mesma descrita neste relatório. Trata-se de um dos maiores crimes de esbulho, cometido pelo estímulo irresponsável feito pelo Polonoroeste, sem a contrapartida da necessária e anterior demarcação das áreas indígenas. Nem mesmo um enfermeiro, ou um funcionário ou um rádio, foi ainda enviado a área.

Recomenda-se que, a FUNAI ponha, finalmente, cobro a tal escândalo, e que o Polonoroeste destine os recursos necessários e previstos para o efeito.



ANEXO AO 1º RELATÓRIO

NOVAS INFORMAÇÕES SOBRE A ÁREA INDÍGENA DO RIO MEQUÊNS (SAKIRAP E MACURAP)

Em agosto de 1984, depois de mais de dois anos de inexplicável atraso, a FUNAI decidiu delimitar por Portaria a Área Indígena do Rio Mequêns. Finalmente, enviou uma equipe que impediu o prolongamento de uma estrada invasora que já atravessou metade da área, e destruiu uma ponte.

Apesar destas medidas louváveis, as madeiras e os invasores continuam instalados e prepararam-se para defender o território que já ocuparam no último ano de omissão da FUNAI.

Nenhuma medida de peso foi tomada. Ofícios da 8a. Delegacia Regional ao INCRA, ao IBDF, a Polícia Federal e Militar, ao governo estadual, ficaram sem resposta. Em resumo, em outubro de 1984, a situação era a mesma descrita neste relatório. Trata-se de um dos maiores crimes de esbulho, cometido pelo estímulo irresponsável feito pelo Polonoroeste, sem a contrapartida da necessária e anterior demarcação das áreas indígenas. Nem mesmo um enfermeiro, ou um funcionário ou um rádio, foi ainda enviado a área.

Recomenda-se que, a FUNAI ponha, finalmente, cobro a tal escândalo, e que o Polonoroeste destine os recursos necessários e previstos para o efeito.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍndIO - FUNAI
Gabinete do Presidente

PORTARIA Nº 163/82, DE 15 DE Maio DE 1982

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍndIO - FUNAI, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto aprovado pelo Decreto nº 4.638, de 16 de abril de 1980;

CONSIDERANDO que compete à FUNAI na qualidade de Órgão Federal de Assistência aos Silvícolas, assegurar e garantir aos Índios a posse permanente das terras por eles habitadas, conforme dispõe o artigo 19, item 1, alínea "D" da Lei nº 5.371, de 05 de dezembro de 1967 e com o artigo 19, item 11, alínea "D" do Estatuto da Fundação;

CONSIDERANDO que, nos Índios, é reconhecido o direito de usufruto exclusivo das riquezas naturais e de bens utilitários existentes nas terras por eles habitadas, nos termos do artigo 17 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que após o reconhecimento prévio de que consta o artigo 29 e parágrafo 1º do Decreto 88.116, de 25 de fevereiro de 1981, foram concluídos os Estudos Preliminares de Identificação da Área Indígena denominada "RIO BEQUINI", localizada no Município de Colônia Oeste, no Estado de Rondônia, de acordo com as disposições dos artigos 23 e 25 da Lei nº 6.001/73 (Estatuto do Índio);

CONSIDERANDO, finalmente, a proposição apresentada nos autos do processo administrativo FUNAI/RSB/3205/82,

R E S O L V E :

1. DETERMINAR que, para efeito e controle administrativo

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍndIO - FUNAI
Gabinete do Presidente

RESOLUÇÃO Nº 11/2014

1. A área em apreço denominar-se-á **ÁREA INDÍGENA RIO MEXIENS**, localizada no município de Colinas do Sul no Estado de Rondônia.

II. **RECOMENDAR** que, para efeito do exame por parte do Conselho de Trabalho instituído pelo Decreto 88.118, de 23 de fevereiro de 1952, artigo 3º, fiquem estabelecidos os seguintes limites:

Partindo do ponto 01 de coordenadas geográficas aproximadas 12936'10"S e 61956'30"W, situado na cabeceira do Rio Mexiens, segue por uma linha reta e seca até encontrar o ponto 02 de coordenadas geográficas aproximadas 12932'18"S e 61953'12"W situado na margem esquerda do Igarapé Espunhol; daí segue pela mesma margem deste Igarapé e no sentido montante até encontrar o ponto 03 de coordenadas geográficas aproximadas 12926'35"S e 61945'20"W situado na sua cabeceira; daí segue por uma linha reta e seca até encontrar o ponto 04 de coordenadas geográficas aproximadas 12927'20"S e 61938'20"W situado na cabeceira do Igarapé Providência; do ponto 04 segue pela margem direita do Igarapé Providência no sentido montante até encontrar o ponto 05 de coordenadas geográficas aproximadas 12948'50"S e 61946'18"W situado na confluência deste Igarapé com o Rio Verde; do ponto 05 segue pela margem direita do Rio Verde no sentido montante até encontrar o ponto 06 de coordenadas geográficas aproximadas 12941'50"S e 62906'45"W situado na confluência deste Rio com o Rio Gaporó; daí segue pela margem direita no sentido jusante do Rio Gaporó, até encontrar o ponto 07 de coordenadas geográficas aproximadas 13006'50"S e 62021'55"W situado na confluência deste Rio com o Rio Mexiens; do ponto 07 segue pela margem esquerda, no sentido montante, do Rio Mexiens até encontrar o ponto 01, marco inicial da presente descrição perimétrica.

III. **PROIBIR** o ingresso, trânsito ou permanência na aludida área, de pessoas ou grupos não-Índios, salvo quando autorizados por esta Fundação e desde que a atividade não seja julgada nociva ou prejudicial ao processo de assistência aos Índios.

JURANDY MAJAGS DA FONSECA
Presidente